

# Hibridismo e Linguagem: o inevitável diálogo entre Libras e a Língua Portuguesa no discurso do sujeito surdo

Terezinha de Jesus Machado Maher\*

Venho, já há algum tempo,<sup>1</sup> insistindo que, se a modernidade nos fornecia conceitos teóricos que nos pareciam inquestionáveis e, por isso mesmo, seguros e confortáveis – deles éramos capazes de derivar “certezas” que pareciam corresponder à Verdade –, a pós-modernidade, no entanto, nos impele a ter que sair desses casulos teóricos de modo a compreender comportamentos sociolinguísticos fluídos e a acomodar a complexidade que a compreensão do mundo atual exige. E alguns dos conceitos teóricos que precisam ser repensados, revistos são as noções de língua e de falante nativo, já que, quando rigidamente fixadas, nos impede de entender o comportamento discursivo de pessoas bilíngues.

A definição de bilinguismo ditada pelo senso comum e, infelizmente, também tomada como basilar em muitos textos acadêmicos, pressupõe que o fenômeno diz respeito a um suposto controle de duas línguas *equivalente ao controle exercido pelos falantes nativos dessas línguas* – o sujeito bilíngue seria a somatória “perfeita” de dois monolíngues igualmente “perfeitos” – e que bons bilíngues seriam aqueles falantes capazes de funcionar em duas línguas sem permitir que houvesse interferência de uma língua na outra. Essa forma de pensar o fenômeno é, ao meu modo de ver, equivocada.

Em primeiro lugar, é preciso nos perguntarmos: quem seria esse “falante nativo” tomado como modelo e qual o seu “controle” linguístico? Ora, o conjunto dos falantes nativos de uma dada língua revela a existência de uma variedade imensa de comportamentos linguísticos, a depender da procedência, da faixa etária, do gênero, da ocupação, do nível de escolarização, entre outros fatores, dos sujeitos. Convido, aqui, o leitor a pensar nos falantes nativos de Língua Portuguesa que conhece e, em seguida, eleger o comportamento de um deles para ser tomado como parâmetro por ter um domínio cabal dessa língua em todos os seus domínios e modalidades: ele seria capaz, tanto de elaborar, com propriedade, um contrato de locação, por exemplo, quanto de discutir, oralmente, as sutilezas de sambas de enredo. Ou seja, ele teria total competência para fazer tudo o que é possível fazer comunicativamente em Língua Portuguesa. Impossível encontrar esse falante, não é? Igualmente uma impossibilidade seria pensar na existência de um falante nativo de Libras que poderia

\* Depto. de Linguística Aplicada / IEL / UNICAMP

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, MAHER, 2008, um texto no qual explicito mais amplamente as ideias aqui parcialmente recuperadas.

ser eleito como modelo exemplar a ser seguido por todos os demais usuários dessa Língua de Sinais. Essa dificuldade é plenamente compreensível: a noção de “falante nativo e sua competência” é apenas uma *abstração idealizada*. Idealizada e perigosa, principalmente devido às suas implicações no que tange à avaliação de bilíngues em contextos educacionais. Avaliar o bilíngue tendo por base supostos “falantes nativos” ideais, poderosos e perfeitos, significa, que, em tese, ele deveria ser capaz de se desempenhar extremamente bem em **todos** os domínios de **ambas** as línguas de seu repertório verbal. Evidentemente, o bilíngue, nesse caso, sairá sempre perdendo, sempre “devendo” competência. Não apenas porque o “falante nativo” idealizado ao qual ele é comparado simplesmente não existe, mas, também, porque os resultados de pesquisa na área demonstram, inequivocamente, que o sujeito bilíngue – não o idealizado, mas o de verdade – não exhibe comportamentos idênticos em, por exemplo, Libras e Português. A depender do tópico, da modalidade, do gênero discursivo em questão, a depender das necessidades impostas por sua história pessoal e pelas exigências de sua comunidade de fala, ele é capaz de se desempenhar, em certas práticas comunicativas, melhor em uma língua do que na outra – e até mesmo de se desempenhar em apenas uma de suas línguas em algumas dessas práticas, ou mesmo em nenhuma dela por não ter sido conclamado, em sua história de vida, a desenvolver competência para tanto.

Definições de bilinguismo construídas tendo o falante nativo como referência e pautadas em comportamentos idealizados é o que tornou possível o surgimento da noção de *semilinguismo*. O indivíduo “semilíngue” seria aquele que exibiria uma competência insuficiente em ambas as línguas quando comparados aos monolíngues de cada uma delas.<sup>2</sup> É preciso desvelar a perigosa noção de *déficit* embutida nessa possibilidade de se enxergar alunos como se estes tivessem competências “atrofiadas”: os bilíngues, vale insistir, usam suas línguas para propósitos diferentes e, por isso, podem se tornar competentes em uma língua em alguns aspectos, mas não em outros.

A idealização também orienta crenças que dizem respeito a críticas ao comportamento discursivo do bilíngue em que haveria uma suposta “contaminação perniciosa” entre as línguas por ele utilizadas: cada uma delas deveria, desta perspectiva, estar bem separadas, bem “puras”. Ora, qualquer indivíduo que seja bilíngue ou que esteja em contato efetivo com comunidades bilíngues, ao comparar as práticas comunicativas que vivencia, ou testemunha, com a afirmação de que o sujeito bilíngue funciona em duas línguas sem apresentar *interferência de uma língua na outra*, irá perceber estar diante de uma ficção, de um mito. O funcionamento discursivo do sujeito bilíngue prevê, em sua gramática, a utilização de empréstimos linguísticos,

<sup>2</sup> *Criada no interior de pesquisas que objetivavam descrever o desempenho de filhos de trabalhadores imigrantes na Suécia, essa categorização é passível de críticas tanto do ponto de vista teórico, quanto do empírico. Teoricamente, há que se considerar a fragilidade de um conceito que se pretende científico, mas cujas bases são idealizações. A construção do conhecimento científico não pode se dar a partir de suposições. Não posso simplesmente “supor” que a competência do monolíngue seja assim ou assado e julgar o comportamento do bilíngue a partir deste critério, digamos, um tanto nebuloso. Além disso, os testes aplicados nas crianças definidas como “semilíngues” mediam habilidades de leitura e escrita específicas da cultura escolar. O fato de que as funções sociais do letramento diferem de contexto para contexto porque são sempre culturalmente situadas tornam metodologicamente suspeitos os resultados dessa medição. (MACSWAN, 2000).*

prevê a alternância, a passagens de uma língua para a outra, muitas vezes em um mesmo enunciado (*code-switching*) e, em contexto de surdez, o uso simultâneo de duas línguas (*code-concurrency*). O estudo de Menalli (2009), feito sob minha orientação, em um centro de apoio a alunos surdos revelou que a professora surda observada, com surdez de nível moderado e alto nível de proficiência em Libras e em Língua Portuguesa oral, fazia, com frequência, uso simultâneo das duas línguas em sala de aula para atingir seus propósitos pedagógicos. O que estava em jogo não era uma questão de *déficit* de competência – como já dito, ela era muito proficiente em suas duas línguas. Tratava-se, antes, de ser capaz de fazer uso de uma estratégia, de um recurso discursivo sofisticado com que somente os bilíngues podem contar. Um “bom” bilíngue mistura suas línguas, transita de uma língua para outra, faz uso simultâneo delas justamente porque, diferente do monolíngue, tem competência para tanto. Portanto, a “mistura de línguas não é falta de competência, é sinal de competência em contexto de bilinguismo. E isso faz muito sentido quando consideramos que a mudança de código não são misturas *ad hoc*. Esses procedimentos são, para o bilíngue, recursos comunicativos poderosos dos quais ele lança mão com frequência, para, pragmaticamente, atribuir sentidos vários aos seus enunciados: para expressar afetividade, relação de poder, mudança de tópico, identidade social/étnica, garantir maior compreensão, etc. Sendo assim, não há porque “problematizar” um aspecto do desempenho do sujeito bilíngue que, dizem os dados empíricos, é constitutivo do seu discurso, é uma de suas riquezas e especificidades.

Na raiz da percepção de que a mistura de línguas é um pecado a ser erradicado a todo custo está a concepção errônea de que línguas seriam entidades “puras”, pronta, acabada, enclausurada em si mesmo, com fronteiras rigidamente estabelecidas que jamais seriam, ou poderiam, ser rompidas. Ora, a Língua Portuguesa, assim como todas as demais línguas do mundo, é uma língua mesclada, mestiça, híbrida desde a sua origem e está constantemente sujeita a mudanças provocadas pelo contato com outras línguas. Libras, uma língua ela mesma derivada da Língua de Sinais Francesa, não é diferente: ela afeta – e é afetada –, pelas línguas com as quais entra em contato. Como diz Fernandes (s/d, p. 9), referindo-se às interferências da Língua Brasileira de Sinais na produção escrita de alunos surdos em Português, “a Libras insiste em habitar a mesma casa do português, ainda que haja uma ordem de despejo contra ela!”. Do mesmo modo, não há porque apontar um dedo acusatório diante das interferências da Língua Portuguesa no uso feito de línguas de sinais por ouvintes. Porque o sujeito bilíngue não é, insisto, aquele que simplesmente justapõe, acopla uma língua à outra, mantendo-as totalmente separadas. Considerando-se que tanto a primeira, quanto a segunda da língua de sujeitos bilíngues são sistemas porosos, sempre em mutação, temporários, o bilíngue cria para si uma “nova língua”, resultado do diálogo inevitável entre as línguas de seu repertório comunicativo; ele funciona em um terceiro lugar, lugar esse que, sendo permeável à permeabilidade das línguas que o constituem, está permanentemente em construção. Se nos desvencilharmos das noções de língua como sistema impermeável e de falante nativo ideal como parâmetros na avaliação

do sujeito bilíngue, aí então não precisaremos classificar o Português Indígena, o Inglês Brasileiro, o Portunhol, o Português do Surdo, a Libras do Ouvinte, etc. como línguas impuras, imperfeitas, mas como moradias legítimas de falantes bilíngues.

### Referências Bibliográficas:

FERNANDES, S. *Avaliação em Língua Portuguesa para Alunos Surdos*: algumas considerações. Disponível em: <[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1076-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1076-4.pdf)>. Acesso em: 20/05/2012.

MACSWAN, J. The Threshold Hypothesis, Semilingualism, and Other Contributions to a Deficit View of Linguistic Minorities. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, Vol. 22, No. 1, 3-45, 2000.

MAHER, T. M. Do Casulo ao Movimento: a suspensão das certezas na Educação Bilíngue e Intercultural. In: CAVALCANTI, M. C. e BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p. 67-96.

MENALLI, D. S. *Considerações sobre o comportamento discursivo de uma professora surda bilíngue*. Monografia de Conclusão de Curso, Licenciatura em Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2009. Disponível em <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=41004](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=41004)>. Acesso em: 12/04/2010.